

# Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

Valor Econômico

## Petrobras deve apresentar prejuízo menor

Valor Econômico - 17/03/2016

Cláudia Schüffner, Camila Maia e Rodrigo Polito | Do Rio e de São Paulo

Os bancos estão prevendo novo prejuízo para Petrobras no quarto trimestre e no ano de 2015, embora menor que o rombo histórico registrado no exercício anterior, quando a empresa contabilizou perdas por corrupção e o a interrupção de projetos bilionários na área de refino que resultaram em prejuízo de R\$ 21,587 bilhões. Caso se confirme a previsão de fechar 2015 no vermelho, os acionistas ficarão pelo segundo ano seguido sem receber dividendos.

Analistas informam que está mais difícil prever os resultados da Petrobras, devido à falta de previsibilidade sobre os efeitos não recorrentes que devem afetar o resultado da estatal. Muitos que acompanham a empresa sequer escreveram relatórios e outros evitaram fazer projeções sobre impactos não recorrentes ou de baixas por perda do valor recuperável dos ativos, o chamado "impairment".

Mas há certo consenso de que a queda do preço do petróleo vai exigir novo "impairment" nos ativos de exploração e produção. Além disso, a derrota sofrida em um processo relevante no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) também pode trazer efeitos negativos para o resultado, se a empresa passar a considerar que a chance de perda na causa passou a ser "provável" e não só "possível".

A estatal começou a encerrar as atividades da refinaria Nansei Sekiyu K.K., no Japão, e apesar da baixa contábil de R\$ 343 milhões relativa a esse ativo em 2014, o balanço do quarto trimestre do ano passado pode trazer novas baixas.

Sem considerar esses e outros efeitos não recorrentes que possam vir a afetar os números da companhia - como a contabilização dos recebíveis do setor elétrico -, a média das projeções coletadas pelo Valor com sete casas de análise (HSBC, BTG Pactual, Itaú BBA, Morgan Stanley, Raymond James, Brasil Plural e Credit Suisse) aponta um lucro de R\$ 1,76 bilhão para a Petrobras no quarto trimestre. No mesmo intervalo de 2014, o prejuízo da estatal somou R\$ 26,6 bilhões, devido principalmente às baixas por revisão do valor recuperável das refinarias de Pernambuco (Rnest), e Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), além de outras baixas de ativos de exploração e produção no Brasil e exterior no fim daquele ano.

"Temos argumentado que, tendo em vista o lucro operacional baixo registrado pela Petrobras nos primeiros nove meses do ano passado, os efeitos não recorrentes devem ser os principais 'drivers' do resultado de 2015", disseram os analistas do Credit Suisse.

Em relatório, o Credit Suisse lembrou que o barril do petróleo tipo Brent atingiu o patamar de US\$ 35, em um contexto já duro para a estatal. A Petrobras enfrenta dificuldade para aumentar os combustíveis, redução da cobertura de exportações futuras, aumento das necessidades de financiamento e chances cada vez maiores da necessidade de uma grande baixa contábil.

O banco foi o único que arriscou uma previsão de R\$ 7 bilhões por "impairment", além de efeitos da autuação do Carf, que soma R\$ 5,9 bilhões e se refere a dois processos administrativos fiscais.

Na ponta positiva, o Brasil Plural lembra que a venda de 49% da Gaspetro por R\$ 1,9 bilhão, concluída no fim de dezembro pela Petrobras, pode afetar positivamente os resultados. "No entanto, não está claro se a companhia vai considerar a venda nos seus resultados, devido à suspensão subsequente do negócio por um tribunal regional da Bahia", disse o banco.

As maiores atenções dos bancos estão voltadas para a venda de ativos e para a liquidez da estatal

Para a receita da estatal, a expectativa é de praticamente estabilidade na comparação anual. Apesar da queda contínua dos preços do petróleo, a Petrobras conseguiu ganhar com a desvalorização do real ante o dólar, ao manter os preços dos derivados com um prêmio na comparação com os preços internacionais.

A média das projeções indica receita de R\$ 86,1 bilhões, alta de 1,25%. No caso do resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), a situação é parecida. Os analistas indicam um resultado de R\$ 18,6 bilhões, queda de 7,15% na comparação anual, antes dos efeitos não recorrentes.

Segundo o Itaú, apesar do aumento de 4% e 6% dos preços do diesel e da gasolina, respectivamente, aplicado no fim de setembro, o preço médio de realização deve ter pequena diminuição acompanhando a queda dos preços do petróleo. O volume de vendas será afetado pela fraca atividade econômica e uma diminuição do consumo de óleo combustível, especialmente a partir de usinas de energia. "Por isso, prevemos uma queda de quase 8% nas vendas de produtos de óleo e de 2% das receitas líquidas em comparação com o terceiro trimestre de 2015", escreveram os analistas.

Já sobre o custo de extração - conhecido como "lifting cost", em inglês -, espera-se que tenha diminuído em dólares, devido à desvalorização do real, enquanto o pagamento das participações governamentais também deve cair, devido ao baixo preço do petróleo.

O Itaú destacou também que a participação especial (encargo governamental semelhante ao royalty) cai mais rápido do que o preço do petróleo, já que é baseada na rentabilidade dos campos. Custos de refino também são suscetíveis à diminuição, dada a maior utilização da capacidade instalada das refinarias e da desvalorização do real. Além disso, a empresa está obtendo lucro com as importações de diesel e gasolina.

A própria Petrobras coletou as projeções de 13 analistas para os resultados do quarto trimestre. O Valor apurou que a mediana das prévias é de um lucro de R\$ 2,7 bilhões, sendo a mais otimista de lucro de R\$ 5,2 bilhões e a mais pessimista de prejuízo de R\$ 9,7 bilhões. A mediana da receita é de R\$ 85,2 bilhões, ligeira alta de 0,25% na comparação anual. O Ebitda, por sua vez, deve somar R\$ 19,4 bilhões, queda de 3,08%.

Enquanto mantém um olho nos resultados operacionais, as maiores atenções dos bancos estão voltadas para a venda de ativos e para a liquidez da Petrobras, que fechou

setembro com dívida líquida de R\$ 402,35 bilhões.

Agência Câmara

## **Presidente do Carf afirma que órgão mudou procedimentos após operação da PF**

17/03/2016

O presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), Carlos Alberto Freitas Barreto, disse em depoimento à CPI do Carf que o órgão aprimorou seus mecanismos de funcionamento no ano passado, depois de deflagrada a Operação Zelotes, da Polícia Federal.

O Carf é um órgão do Ministério da Fazenda encarregado de julgar recursos de empresas autuadas pela Receita Federal. Segundo investigações da PF, há indícios de venda de sentenças e as suspeitas recaem sobre conselheiros e ex-conselheiros, que teriam atuado em benefício de grandes grupos econômicos a partir da intermediação de escritórios de advocacia. As investigações apontam prejuízos de R\$ 19 bilhões para a Receita.

Entre os suspeitos estão 24 pessoas, pelo menos 15 escritórios de advocacia e consultoria, além de grupos empresariais.

Segundo Barreto, uma das mudanças feitas no órgão no ano passado foi evitar o direcionamento de processos por meio de sorteios eletrônicos. "O processo é distribuído aleatoriamente por meio de sorteio eletrônico, em sessão pública. Primeiro é sorteado para a turma de julgamento e depois para o conselheiro", disse.

Outra mudança citada por ele foi a proibição de conselheiros exercerem a advocacia paralelamente à sua atuação no Carf. "O advogado tem que se licenciar da OAB para atuar no Carf. Não pode exercer a advocacia", disse, ao responder pergunta do deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), relator da CPI.

## **Carf não tem informações oficiais sobre Operação Zelotes, afirma presidente**

17/03/2016

O presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), Carlos Alberto Freitas Barreto, disse em depoimento à CPI do Carf que o órgão não recebeu qualquer informação oficial a respeito das investigações e conclusões da Operação Zelotes, da Polícia Federal, e, por isso, não tem como informar quais os julgamentos sob suspeita e quais os valores envolvidos nas irregularidades.

Ele disse isso ao responder pergunta do relator da CPI, deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), a respeito das três medidas provisórias que estão sob investigação da Polícia Federal. A Operação Zelotes suspeita que houve pagamento de propina em troca da inclusão de benefícios a grupos econômicos nas medidas provisórias.

A MP 471, de 2009 estendeu a vigência de incentivo fiscal, que acabaria em dezembro de 2010, às montadoras e fabricantes de veículos instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A MP 512, de 2010, concedeu às fábricas de veículos, carrocerias, peças e pneus crédito presumido de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) como forma de ressarcir o pagamento de outras contribuições.

Outra MP sobre suspeita é a MP 627, de 2013, que extinguiu o Regime Tributário de Transição (RTT) e passou a tributar todo o lucro apurado de empresas coligadas e controladas de multinacionais brasileiras no exterior.

"Essas MPs podem ter reduzido o crédito tributário de processos julgados pelo Carf?", perguntou o relator.

"Desconhecemos oficialmente qualquer informação da Operação Zelotes, que continua em segredo de Justiça. O Carf não está atuando por não ter informações, a não ser as que foram publicadas pela imprensa", respondeu o presidente do órgão.

O Carf é um órgão do Ministério da Fazenda encarregado de julgar recursos de empresas autuadas pela Receita Federal. Segundo investigações da PF, há indícios de venda de sentenças e as suspeitas recaem sobre conselheiros e ex-conselheiros que teriam atuado em benefício de grandes grupos econômicos a partir da intermediação de escritórios de advocacia. As investigações apontam prejuízos de R\$ 19 bilhões para a Receita.

Entre os suspeitos estão 24 pessoas, pelo menos 15 escritórios de advocacia e consultoria, além de grupos empresariais.

## **Processos do Carf não levantaram suspeitas, diz presidente do Carf**

17/03/2016

O presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), Carlos Alberto Freitas Barreto, disse em depoimento à CPI do Carf que o órgão julga processos por sonegação fiscal que totalizam R\$ 300 bilhões.

Ele disse isso quando perguntado pelo deputado Hildo Rocha (PMDB-MA) se algum processo em especial tinha chamado sua atenção, seja pelos valores ou pelas empresas envolvidas. Barreto respondeu que não.

O Carf é um órgão do Ministério da Fazenda encarregado de julgar recursos de empresas autuadas pela Receita Federal. Segundo investigações da PF, há indícios de venda de sentenças e as suspeitas recaem sobre conselheiros e ex-conselheiros, que teriam atuado em benefício de grandes grupos econômicos a partir da intermediação de escritórios de advocacia. As investigações apontam prejuízos de R\$ 19 bilhões para a Receita. Entre os suspeitos estão 24 pessoas, pelo menos 15 escritórios de advocacia e consultoria, além de grupos empresariais.

Barreto, que é ex-secretário da Receita Federal, presta depoimento à CPI desde as 10 horas. Ele explicou como funciona o órgão e listou mudanças de procedimentos decorrentes das suspeitas levantadas pela Operação Zelotes, da Polícia Federal, deflagrada em março do ano passado.

Segundo Barreto, uma das mudanças feitas no órgão no ano passado foi evitar o direcionamento de processos por meio de sorteios eletrônicos. Outra foi vetar a quantidade de pedidos de vista dos processos em julgamento - o que foi apontado como um dos fatores de irregularidade.

Barreto, porém, deixou vários deputados insatisfeitos. "Pelo que o senhor diz parece que está tudo bem e não está", disse o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA).

## **Presidente do Carf diz desconhecer pressões sobre conselheiros nos julgamentos do órgão**

17/03/2016

O presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), Carlos Alberto Freitas Barreto, disse em depoimento à CPI do Carf que nunca soube de pressões sobre conselheiros representantes da Receita Federal nos julgamentos do órgão.

Ele disse isso ao responder pergunta do deputado Izalci (PSDB-DF). "Nunca percebi pressão sobre os representantes do fisco nas sessões que eu presidi. Se existe pressão, é muito velada, imperceptível", disse.

Barreto, que é ex-secretário da Receita Federal, presta depoimento à CPI desde as 10 horas. Ele explicou como funciona o órgão e listou mudanças de procedimentos decorrentes das suspeitas levantadas pela Operação Zelotes, da Polícia Federal, deflagrada em março do ano passado.

Segundo Barreto, uma das mudanças feitas no órgão em 2015 foi evitar o direcionamento de processos por meio de sorteios eletrônicos. Outra foi vetar a quantidade de pedidos de vista dos processos em julgamento - o que foi apontado como um dos fatores de irregularidade.

Barreto, porém, deixou vários deputados insatisfeitos ao afirmar que não tem conhecimento sobre os prejuízos decorrentes das irregularidades. "Não fui informado oficialmente sobre as investigações, que são sigilosas", disse.

O Carf é um órgão do Ministério da Fazenda encarregado de julgar recursos de empresas autuadas pela Receita Federal. Segundo investigações da PF, há indícios de venda de sentenças e as suspeitas recaem sobre conselheiros e ex-conselheiros, que teriam atuado em benefício de grandes grupos econômicos a partir da intermediação de escritórios de advocacia. As investigações apontam prejuízos de R\$ 19 bilhões para a Receita.

Entre os suspeitos estão 24 pessoas, pelo menos 15 escritórios de advocacia e consultoria, além de grupos empresariais.

Estadão On Line

## **O trechos polêmicos do grampo do telefone de Lula**

17/03/2016

Alvo de investigação na Lava Jato, o ex-presidente Lula teve telefones utilizados por ele grampeados por determinação do juiz Sérgio Moro. Ao ser nomeado ministro, contudo, a investigação sobre ele foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal, e, com isso, Moro suspendeu o sigilo sobre as investigações tornando públicos vários diálogos do ex-presidente com correligionários, aliados e até com a presidente Dilma Rousseff.

Nos áudios pode-se ouvir as duras críticas do petista às investigações da Lava Jato, ao Congresso e até a ministros do próprio Supremo Tribunal Federal e à Procuradoria-Geral da República, o que agravou ainda mais a crise política e causou um mal-estar entre os poderes sem precedentes na história recente do País. Confira os principais trechos das conversas de Lula interceptadas pela Polícia Federal:

'Se homem não tem saco, quem sabe uma mulher corajosa possa fazer o que os homens não fizeram', diz Lula sobre Rosa Weber

'Acho que o ato de domingo não será tão forte', disse Lula sobre protesto pró-impeachment

'Lula, nós temos um problema, o jeito dela', afirma líder do PT sobre Dilma  
Lula diz que 'acha até que empreiteira da Lava Jato' construiu prédio sede da  
Procuradoria

'O senhor não perdeu essa sua alma de pobre', diz Eduardo Paes a Lula

'Seguramos a CPI do Carf pra não ter problema', diz líder do PT na Câmara a  
Lula

Para Lula, Moro representa 'desejo de combate à corrupção'

'Se nomear ele hoje, o que acontece?', perguntou presidente do PT após  
pedido de prisão

'Foi chamada de puta', diz Lula sobre Marta nos protestos

Grampo de Lula cita 'Aragão', novo ministro da Justiça.